



**RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE E INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS:
ANÁLISE DE CONTEÚDO EM RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DE
EMPRESAS DO SEGMENTO DE PAPEL E CELULOSE DA B3**

**SUSTAINABILITY REPORTS AND SOCIO-ENVIRONMENTAL INDICATORS:
CONTENT ANALYSIS OF MANAGEMENT REPORTS FROM B3 LISTED
COMPANIES IN THE PULP AND PAPER SECTOR**

Bruna de Oliveira Souza¹
Filipe da Silva Santos²
Juliane Campoe Correa³

RESUMO

O objetivo geral deste estudo consistiu em analisar se o conteúdo dos relatórios de Administração das empresas do setor de Papel e Celulose listadas na B3, está alinhado com os reportes das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) com ênfase nos assuntos socioambientais. Para tanto, foi realizado uma pesquisa qualitativa, aplicando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016) em três etapas: (1) Pré-análise que consiste na coleta de dados, (2) exploração do material e (3) apresentação dos resultados. Na triangulação das informações constatou-se que os ativos biológicos e obrigações sociais analisadas, investimentos com a plataforma Gaia, Puma II e Ações Sociais COVID-19 estão em consonância com os relatórios da administração, o que refuta com um dos achados da pesquisa de Raifur (2014) que traz que os relatórios da administração podem ser elaborados de acordo com os gestores colocando informações que acham importantes ou necessárias, porém converge com a pesquisa de Lima (2016) que em sua pesquisa encontra evidência ambiental nos relatórios voluntários, seguidos de notas explicativas e apesar da ausência de auditoria nos relatórios da administração, os gestores demonstram ter respaldo ao divulgar em seus relatórios conteúdos informacionais que sejam concretos com os dados divulgados em suas DFP.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Demonstrações Financeiras Padronizadas. DFP. Relatório da Administração. Setor de Papel e Celulose.

ABSTRACT

The general objective of this study was to analyze whether the content of the Management reports of companies in the Pulp and Paper sector listed on B3 is aligned with the reports of the Standardized Financial Statements (DFPs) with an emphasis on social and environmental issues. To this end, a qualitative research was carried out, applying the content analysis technique of Bardin (2016) in three stages: (1) Pre-analysis consisting of data collection, (2) exploration of the material and (3) presentation of the results. In the triangulation of the information, it was found that the biological assets and social obligations analyzed, investments with the Gaia platform, Puma II and Social Actions COVID-19 are in line with the management reports, which refutes one of the findings of the research by Raifur (2014) that shows that management reports can be prepared according to the managers including information that they consider important or necessary. However, it converges and complements the research by Lima (2016) who, in his work, finds environmental disclosure in voluntary reports, followed by explanatory notes and despite the absence of auditing in management reports, managers demonstrate that they have support when disclosing in their reports informational content that is concrete with the data disclosed in their DFP.

Keywords: Sustainability. Standardized Financial Statements. DFP. Management Report. Pulp and Paper Sector.

¹ Graduada em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte (UEM-CRC). E-mail: brunaoliveira960@gmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá - Campus Regional de Cianorte (UEM-CRC). E-mail: fssantos2@uem.br.

³ Mestre em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: jccorrea2@uem.br



1 INTRODUÇÃO

O tema da sustentabilidade tem ganhado maior notoriedade tanto entre as empresas quanto na sociedade (Ribeiro, 2010). As organizações enfrentam uma pressão crescente para adotar práticas que promovam transparência em suas operações, especialmente no que diz respeito aos impactos financeiros, sociais e ambientais (Elkington, 2012) que possam comprometer sua sustentabilidade a longo prazo (Cosenza, 2012).

Frente a esse contexto, torna-se relevante promover uma abordagem sustentável em meio ambiente quando as empresas divulgam suas ações ambientais por intermédio das demonstrações contábeis. (Ribeiro, 2010). Segundo o CPC 26 (2009), as empresas têm a obrigação de apresentar um conjunto de informações padronizadas, ou seja, demonstrações contábeis que sigam as orientações e os princípios de harmonização estabelecidos pelas *International Financial Reporting Standards* - IFRS. Além das demonstrações contábeis obrigatórias, as empresas também reportam relatórios adicionais, como aqueles relativos ao meio ambiente, sustentabilidade e à responsabilidade social corporativa (CPC 26, 2009).

Desses reportes voluntários, encontra-se o Relatório da Administração cujo objetivo é evidenciar como a organização está operando e suas melhores práticas (Santos, Ludícibus, Martins & Gelbcke, 2022). O Relatório da Administração representa um complemento às demonstrações contábeis (Rodrigues, 2005). Segundo Santos *et. al.* (2022) no relatório da administração podem ser elaborados reportes de informações com base na avaliação dos gestores, incluindo as informações que consideram relevantes, oportunas ou necessárias. Porém, é um *disclosure* que não passa por auditoria (Raifur, Espejo & Raifur, 2014). É um reporte de informações empresariais que não possui certificação de validação dos dados, bem como a asseguuração da informação apresentada não é validada por profissionais externos, independentes a organização que possuem autonomia para avaliar, julgar ou até mesmo emitir parecer favoráveis (ou não) (Rodrigues, 2005).

Dado o contexto e devido à crescente pressão dos *stakeholders*, por inclusão de pautas relacionados a divulgação compulsória e voluntária sobre a temática *Environmental, Social and Governance* - ESG, as empresas passam a incorporar em suas agendas, iniciativas voltadas para sanar essas questões socioambientais



(Cosenza, 2012), principalmente àquelas listadas em bolsa de valores. Atualmente, tem-se mais de quatrocentas empresas listadas na Bolsa de valores de São Paulo (B3, 2024). Essas são divididas em setores. Dentro o qual, o setor de papel e celulose contém três empresas, a saber: Klabin com 25 mil colaboradores, Suzano com 18.543 colaboradores e Irani com 2.200 colaboradores, totalizando 45.743 empregos diretos que auxiliam na formação do PIB brasileiro (Klabin, 2023; Suzano, 2022; Irani, 2023).

Por ser um setor comprometido com práticas ambientais sustentáveis, que investem em programas de reflorestamento e adotam métodos que minimizam o impacto ambiental (Suzano, 2022), ressalta-se a importância de conduzir este estudo, que busca responder à seguinte questão de pesquisa: os Relatórios da Administração das empresas do setor de Papel e Celulose listadas na B3 estão alinhados com as informações socioambientais evidenciadas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)?

Para tanto, o objetivo geral da pesquisa é analisar se o conteúdo dos relatórios de Administração das empresas do setor de Papel e Celulose listadas na B3, está alinhado com os reportes das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFPs com ênfase nos assuntos socioambientais. Para tal objetivo, foram examinados os relatórios de administração, bem como suas Demonstrações Financeiras Padronizadas de três empresas do setor de Papel e Celulose dos anos de 2020, 2021 e 2022. Foram utilizados os três últimos anos (2020, 2021 e 2022) que os relatórios foram divulgados (DFPs e Relatório da Administração) para aumentar a comparabilidade de análise e melhorar a investigação das empresas. O principal achado da pesquisa consiste em que, após a triangulação das informações, depreende-se que, das empresas analisadas, o conteúdo informacional dos Relatórios da Administração é compatível com as DFPs sob a observação dos ativos biológicos e obrigações sociais analisadas, o que refuta parcialmente o achado da pesquisa de Raifur (2014) e converge com a pesquisa de Lima (2016).

Esse artigo está estruturado em 5 (cinco) seções. A primeira seção, é composta pela introdução, seguida pela fundamentação teórica, que evidenciará a relevância e o contexto do tema em questão. A terceira seção se concentrará na metodologia adotada, detalhando os procedimentos e técnicas utilizadas na coleta e análise de dados. Dando encadeamento na quarta seção, onde apresentaremos os



resultados obtidos, com uma análise e interpretação dos dados coletados. Finalizando, na quinta e última seção, onde serão discutidas as conclusões do estudo e as referências que foram utilizadas no mesmo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade sob a ótica Socioambiental e seus contingentes.

A Contabilidade é uma Ciência Social Aplicada que tem como objetivo geral gerar informações úteis para diferentes tipos de usuários com a finalidade de controle e tomada de decisão assertiva (Iudícibus, 2021). Em outras palavras, a contabilidade tem como objetivo gerar informações que sejam úteis para usuários internos (colaboradores, gestores e administradores que atuam na empresa) e usuários externos (bancos, governos, sindicatos, acionistas) que, de alguma maneira, possuem interesse na obtenção de conhecimento acerca da saúde financeira, econômica e patrimonial da empresa (Hendriksen & Van Breda, 1999; Iudícibus, 2021).

Complementa essa visão Ribeiro (2017) mencionando que o objetivo da Contabilidade é o estudo e o controle do patrimônio e de suas alterações nos seus aspectos qualitativos e quantitativos. No tocante aos aspectos qualitativos, têm o intuito de estudar a natureza dos patrimônios segundo seus componentes, e em aspectos quantitativos estuda em termos monetários, visando o fornecimento de informações que sejam úteis para a tomada de decisões (CPC 00, R2, 2018; Ribeiro, 2017).

Com o passar dos anos, a Contabilidade tem se modificado e se ajustado dado às mudanças ocorridas na sociedade, mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos (Hendriksen & Van Breda, 1999). A contabilidade tem grande importância no quesito processo de globalização quando tem com o objetivo apurar e divulgar resultados das empresas em diversos contextos econômicos (Neto, 2023).

Dentro desses objetivos da contabilidade está, dentre eles, não somente fornecer informações úteis sobre as empresas para tomadas de decisões, mas também fornecer informações sobre o desempenho e os resultados da empresa, e também sobre sua estrutura patrimonial (Neto, 2023). Dentro desse contexto



dinâmico da contabilidade, a Contabilidade Ambiental ganha notoriedade, na década de 70, como decorrência da preocupação das empresas em darem mais atenção aos problemas do meio ambiente (Gonçalves & Heliodoro, 2005). Segundo Ribeiro (2010, p. 45) “a contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas sim, uma segmentação da tradicional já, amplamente, conhecida”.

Em outras palavras, a contabilidade ambiental é o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de uma entidade e suas respectivas modificações, demonstrados monetariamente (Naujack, Ferreira & Stela, 2011). E possui como objetivo: identificar, mensurar e elucidar os eventos e transações econômico-financeiros que se encontram relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um algum período, cuja finalidade é visar a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (Ribeiro, 2010).

A contabilidade ambiental pode ser definida como instrumento de mensuração e de acompanhamento dos danos ambientais e gastos voltados à preservação, manutenção e adequação a legislação vigente (Lins, 2015). Neste sentido, ela é utilizada como um instrumento para se alcançar o resultado desejado das empresas que possuem uma relação com o meio ambiente (Brandão, Oliveira, Almeida & Guidi, 2020).

Ao se implantar na problemática do meio ambiente, a contabilidade deve abranger, entre as responsabilidades da empresa, aquelas de natureza ambiental evidenciando seus Ativos, Passivos decorrentes de obrigações presentes e resultantes de eventos passados (Ribeiro, 2010). Ativos Contingentes surgem de eventos normalmente não esperados que geram uma possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, é um ativo possível de eventos passados e cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de eventos futuros incertos que não estão sob o controle da entidade (CPC 25, 2009).

Os ativos contingentes podem ser considerados como uma provisão, pois a entidade registra no fato gerador o que irá ter efeito positivo futuro no seu fluxo de caixa (Ribeiro, Ribeiro & Weffor, 2013). Já os passivos contingentes é uma obrigação que advêm de eventos passados, cuja sua existência só é confirmada por ocorrências de eventos futuros incertos que não estão sob o controle da entidade que podem desenvolver-se de maneira não esperada (Cosenza, 2012). A entidade não deve



reconhecer um passivo contingente ao menos que esse passivo gere uma possibilidade de recurso econômico (CPC 25, 2009).

Para Hendriksen e Van Breda (1999) um passivo contingente é definido como um sacrifício futuro provável de benefícios econômicos. Em outras palavras, os passivos contingentes são resultado de obrigações presentes de uma entidade seja na transferência de ativos ou na prestação de serviços para outras entidades no futuro, em decorrências de transações ou eventos passados, no qual para sua liquidação depende de um ou mais eventos futuros com alguma possibilidade de recurso.

Quando tratamos do assunto Contabilidade e suas ramificações, encontra-se também a Contabilidade Social (Ribero, 2010). Nessa vertente, trata-se de uma área responsável por medir os principais elementos econômicos de uma nação durante um determinado período, é um estudo que se insere no âmbito da Ciência Econômica (Vargas, Correa & Leite, 2018).

A contabilidade social tem como objetivo gerar um sistema que possa classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados relacionados à atividade social e ambiental de uma entidade, e ao final de cada exercício contábil poder gerar o Balanço Social (Krotz, 1998). O balanço social desempenha o papel de ferramenta informativa, sendo útil tanto para os trabalhadores e a sociedade em geral quanto para os gestores empresariais na avaliação de suas próprias operações (Santos, 2003). Dado os conceitos apresentados de contabilidade ambiental e social a expressão socioambiental representa a fusão de ambos os conceitos.

Como mencionado no início desta seção, a Contabilidade tem como objetivo gerar informações úteis e relevantes para os diversos tipos de usuários para a tomada de decisões assertivas (Iudícibus, 2018). E, para que essas informações cheguem aos usuários, estão disponíveis um conjunto completo de demonstrações contábeis obrigatórias, no qual inclui: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente do período, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas das empresas (CPC 26, 2009).

O Balanço Patrimonial é uma demonstração financeira que evidencia quantitativa e qualitativamente a situação patrimonial de uma empresa em uma determinada data (Ribeiro, 2017). A Demonstração de Resultado Exercício é um



relatório que busca evidenciar o resultado econômico, lucro ou prejuízo de uma entidade no decorrer de suas atividades de um determinado período, normalmente no período de um ano (Ribeiro, 2017).

A Demonstração do Resultado Abrangente é um relatório contábil que apresenta as variações ocorridas no Patrimônio Líquido durante um determinado período. Estas variações são resultado de transações e eventos que não têm origem em transações com os sócios na qualidade de proprietários (Ribeiro, 2015). A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é um relatório contábil que busca evidenciar as variações ocorridas nas contas que compõem o Patrimônio Líquido em um determinado período (Ribeiro, 2017).

A Demonstração de Fluxo de Caixa é um relatório que busca evidenciar as variações ocorridas em um certo período que provocaram variações no saldo de caixa ou equivalentes de caixa. As notas explicativas complementam as demonstrações contábeis, informando os critérios utilizados pelas empresas (Ribeiro, 2017).

Quando tratamos do assunto relativos aos conjuntos de informações que devem ser divulgados pelas empresas, vale ressaltar a divulgação obrigatória e a divulgação voluntária que são dois caminhos para que as informações cheguem até aos usuários com o intuito de satisfazer suas necessidades informacionais (Santos *et al.*, 2022). Segundo o CPC 26 (2009) as empresas devem reportar seu *hall* de informações padronizadas, isto é, demonstrações contábeis seguindo as diretrizes e princípios da harmonização as normas internacionais em IFRS.

Essas demonstrações contábeis são relatórios produzidos pela contabilidade, são apresentadas de forma sintética, obedecendo a uma padronização e em linguagem adequada, às operações que acontecem no dia a dia das empresas (Oyadomari, Neto, Lima, Nisiyama & Aguiar, 2018). A publicação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis está prevista no § 4º do art. 176 da Lei nº 6.404/76, o qual estabelece que “as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

As Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP são um conjunto de demonstrativos financeiros referente ao exercício social encerrado, que dever ser



encaminhado a CVM e a B3 no final de cada trimestre (Neto, 2023). Deve ser encaminhado à CVM por meio do sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores (CVM, 2022). Além dessas demonstrações que são obrigatórias, é importante comentar que também existem reportes voluntários que as empresas fazem para que os interessados na informação possuam outras informações para embasarem suas opiniões (Iudícibus, 2021).

No que tange a divulgação voluntária, são os reportes de informação que excedem ao que é recomendado em lei, princípio ou norma (Consoni & Colauto, 2016). Esses reportes contábeis devem ser acompanhados de algum material explicativo, no qual permitirá uma representação de como a organização está atingindo seus objetivos financeiros (Santos *et al.*, 2022). O conjunto de informações que deve ser divulgado por uma entidade visando aumentar as explicações sobre a saúde financeira, econômica, patrimonial e suas estratégias abrange: Relatório da Administração; Demonstrações Contábeis Adicionais e as Notas Explicativas; Relatório do Auditor Independente, se houver; O Parecer do Conselho Fiscal, se houver, incluindo os votos dissidentes; E o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, se existir, e se constituído por pessoas independentes à sociedade (Santos *et al.*, 2022).

O Relatório do Auditor Independente é obrigatório, somente no caso das companhias abertas e em caso de entidades sob regulamentação especial, esse relatório precisa ser publicado juntamente com as demonstrações contábeis (Santos *et al.*, 2022). Já o Parecer do Conselho Fiscal não é um relatório obrigatório por Lei, ele deve ser entregue a Assembleia Geral dos Acionistas, porém sua publicação é de forma optativa (Santos *et al.*, 2022).

Sobre o relatório de sustentabilidade ou de responsabilidade social, é definido como o processo de comunicação dos impactos sociais e ambientais das atividades econômicas de organizações para segmentos específicos da sociedade em geral (Petrescu, Bilcan, Petrescu, Oncioiu, Turkes & Capusneanu, 2020). O relatório de sustentabilidade apresenta uma avaliação equilibrada e razoável do desempenho sustentável da organização, abrangendo tanto os aspectos positivos quanto os negativos de sua contribuição (GRI, 2006).

Isso ocorre em sintonia com o ambiente externo e as partes interessadas, que englobam empregados, clientes, fornecedores, comunidades locais, entre outros



(*International Integrated Reporting Council - IIRC*, 2014). E, como a ênfase deste trabalho está no Relatório da Administração, destinou-se a seção posterior a esta, para discorrer sobre esse informe contábil e sobre seu conteúdo informacional, o qual é uma divulgação voluntária que não possui verificação de conteúdo.

2.2 Relatório da Administração e Asseguração Independente

O Relatório da Administração representa um complemento às demonstrações contábeis, pois fornece, de forma descritiva, dados e informações adicionais que podem ser úteis a diversos usuários na tomada de decisões, devido ao seu conteúdo informacional ser mais técnico (Rodrigues, 2005). O Relatório da Administração, também pode ser elaborado de forma descritiva e menos técnica que as demonstrações contábeis, pois ele traz mais condições de entendimento por um grupo maior de usuários (Santos *et al.*, 2022).

De acordo com a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), o relatório da administração deve ser divulgado juntamente com as demonstrações financeiras do encerramento do exercício social. Ainda segundo a Lei 6.404/76 seu conteúdo informacional precisa conter informações sobre: aquisição de debêntures de sua própria emissão (art. 55, § 2º); política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas (art. 118, § 5º); negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos no exercício (art. 133, inciso I);

Ainda sobre a publicação do relatório da administração, segundo o art. 243 da Lei 6.404/76, também deve ser publicado a relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas, evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício (Brasil, 1976). A administração pode contribuir de uma forma importante aos usuários ao apresentar o Relatório da Administração de forma dirigida ao futuro, não só fornecendo provisões para o futuro, mas também ao realizar análises do passado, referentes a tendências futuras (Santos *et al.*, 2022).

Desde a Lei Nº 6.404/76, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM vem analisando os conteúdos dos relatórios apresentados anualmente pelas empresas de capital aberto, sendo significativo o número de empresas que o apresentam de forma resumida, utilizando para justificativas que já constam em notas explicativas. (CVM, 1986). Apesar do Relatório da Administração ser um elemento fundamental de evidenciação de informações corporativas, vale ressaltar as recomendações



trazidas pela Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

Segundo a OCPC 07 (2014) é mencionado, em específico, a parte que trata da determinação de que apenas informações relevantes sejam divulgadas nos balanços das empresas, no qual o mesmo princípio deve orientar a elaboração e a divulgação do Relatório da Administração (Santos *et al.*, 2022). Para tanto, a elaboração do Relatório da Administração pode nortear pela prestação de contas dos atos praticados e as expectativas sobre desempenhos futuros.

Segundo Santos *et al.* (2022) existe um guia para a elaboração desse relatório, que é a Divulgação financeira; Divulgação não financeira; Assembleias; Calendário e meios de divulgação; boas práticas para cumprimento. Esse guia é somente para dar uma base para a elaboração, pois não existe uma padronização, para deixar a empresa mais flexível na elaboração desse relatório. O Relatório da Administração por ser descritivo e menos técnico, demonstra uma evolução em relação a compreensão de sua importância e impacto na divulgação de informações financeiras e não financeiras por parte das organizações (OCPC 07, 2014).

Os relatórios da administração podem ser elaborados de acordo com a análise dos gestores, colocando as informações que eles avaliam importante ou necessário, visto que esse relatório não é auditado (Raifur *et al.*, 2014). Dado o contexto sobre o relatório da administração, é importante destacar que o seu conteúdo informacional, por ser um reporte voluntário, não é realizado o processo de asseguarção independente.

Segundo Correa (2016) asseguarção é um procedimento realizado por um profissional externo com o objetivo de obter evidências suficientes apropriadas, a fim de expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos usuários sobre as informações relacionadas ao assunto. O termo Asseguarção é mais abrangente em comparação com o da auditoria. Além de envolver as demonstrações contábeis, abrange também informações relacionadas ao contexto de um processo, como a verificação dos riscos, desempenho empresarial e a qualidade dos sistemas de informações e controles internos, este procedimento eleva o nível de confiança depositado pelos usuários na organização (Correa, 2016).

O relatório da administração por ser tratar de um relatório aos acionistas e por ter as informações nele não auditadas, tornam-se necessários estudos que



confirmem a transparência das informações apresentadas pela administração (Silva, Rodrigues & Abreu, 2007). E nesse sentido vamos dar continuidade trazendo uma compilação de estudos recentes e suas conclusões.

2.3 Estudos Correlatos

O presente estudo caracteriza-se pela investigação do conteúdo apresentado no relatório da administração das empresas, analisando se está em consonância com os indicadores socioambientais nas demonstrações financeiras padronizadas. Para tanto, essa seção demonstrará estudos correlatos que tiveram objetivos e metodologias semelhantes para conhecermos o estado da arte nessa perspectiva e também para apresentar a justificativa e lacuna que esta pesquisa pretende preencher.

O estudo de Kronbauer e Silva (2012), buscou investigar o grau de evidenciação das informações de natureza ambiental, a partir das DFP divulgadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM das empresas de segmentos de transporte em 2009. Foi detectado que 81% das informações encontram-se no relatório da administração, relatório que não passa por auditoria, sendo assim levanta questões que aborda da confiabilidade e da utilidade das informações ambientais evidenciadas nas demonstrações contábeis. E que 95% das informações divulgadas passam uma imagem boa da empresa, o que indica uma possível omissão de informações que podem denegrir a imagem da organização.

Lima (2016) investigou qual o nível de evidenciação das informações ambientais das empresas do ramo de siderurgia negociadas na BMF&BOVESPA, divulgadas em seus relatórios financeiros e não financeiros, nos anos de 2012 a 2014. Como resultado encontrou que a evidenciação ambiental predomina nos relatórios ambientais voluntários, seguidos das notas explicativas e por fim dos relatórios da administração. A maioria dos itens ambientais são evidenciados de forma descritiva. Observou-se também um decréscimo no nível de evidenciação ambiental dos relatórios financeiros e não financeiros divulgados por três empresas, das quatro investigadas, entre o período de 2013 a 2014.

A pesquisa de Serafin e Pimentel (2019), teve como objetivo identificar as medidas ambientais de avaliação de desempenho não financeiras divulgadas por empresas do Setor Papel e Celulose listadas na B3, no ano de 2019. Como resultado,



obtiveram que há pouca divulgação das políticas ambientais pelas empresas do segmento e que os indicadores ambientais não financeiros divulgados pelas companhias do setor estudado são limitados, confusos e que não apresentam suas metodologias para elaboração.

Silva (2023) desenvolveu um estudo cujo objetivo era analisar as provisões e passivos contingentes no setor de tecnologia em empresas brasileiras abertas, listadas no site da Brasil Bolsa Balcão (B3). Como resultado da pesquisa, constatou-se que as empresas avaliam regularmente suas provisões e passivos contingentes para verificar se há probabilidade de saída de recursos.

Raifur (2014) investigou a possível alteração no enfoque das informações nos Relatórios da Administração (RA) em relação ao desempenho variável das empresas, fez um comparativo entre empresas com melhor e pior desempenho, destacando influências de indicadores de desempenho em seus enfoques informacionais. No grupo de pior desempenho, o Retorno sobre o Patrimônio Líquido não influencia nenhum enfoque, enquanto, no grupo de melhor desempenho, tem relação significativa com três enfoques.

Raifur (2014) menciona que o Endividamento e Giro do Ativo impactam apenas empresas de melhor desempenho, enquanto o crescimento das Vendas está associado ao grupo de pior desempenho. Em relação ao enfoque em Resultado, não é influenciado por indicadores nas empresas de pior desempenho, mas no grupo de melhor desempenho é afetado pelo Retorno sobre o Ativo, Liquidez Corrente e Margem Líquida, a primeira parte conclui rejeitando a hipótese de ausência de variação nos enfoques entre os grupos. O padrão informacional das empresas do grupo de pior desempenho está ligado aos indicadores ROE e VND, e aos enfoques Resultado, Responsabilidade Social e Ambiental, e Governança Corporativa. No grupo de melhor desempenho, o padrão está relacionado aos indicadores VND e GA, e aos enfoques Operacional, Fluxo de Caixa, Faturamento, Conjuntura Econômica, Responsabilidade Social e Ambiental, e Governança Corporativa, conclui-se que existe um padrão informacional vinculado com o desempenho empresarial.

Considerando os estudos supracitados, torna-se relevante estudar se o conteúdo do relatório da administração está em consonância com os indicadores ambientais nas demonstrações financeiras padronizadas - DFP publicados pelas



empresas do Setor de Papel e Celulose listadas na B3, levando em consideração se houve aumento ou diminuições desses indicadores e se estava previsto esses resultados nos relatórios da administração. A pesquisa proposta apresenta uma abordagem essencial para a compreensão da integração entre as práticas de gestão ambiental e a comunicação financeira das empresas do Setor de Papel e Celulose.

Ao analisar se os indicadores ambientais nas demonstrações financeiras padronizadas - DFP estão alinhados com o conteúdo dos relatórios da administração, pode obter *insights* sobre a transparência e responsabilidade ambiental dessas organizações. Além disso, ao investigar se as variações nos indicadores estavam previstas nos relatórios da administração, pode-se avaliar a precisão das projeções e o comprometimento das empresas com a sustentabilidade. Essa pesquisa é relevante não apenas para investidores e analistas financeiros que buscam tomar decisões informadas, mas também para a sociedade como um todo, que cada vez mais valoriza e exige ações concretas no âmbito ambiental por parte das organizações.

2.4 O Setor de papel e celulose e sua relação com a sustentabilidade

O setor de papel e celulose desempenha um papel significativo na economia do Brasil (IBGE, 2023). Ele representa, aproximadamente, 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, obtendo a 6º posição mundial como maior produtor de celulose, sendo líder na produção de celulose de eucalipto, e 12º maior produtor de papel (Miranda, 2008). Segundo informações da Associação Brasileira de Celulose e Papel - BRACELPA, a cada emprego direto gerado pelo setor de papel e celulose, são criados cinco empregos indiretos em atividades relacionadas a esses produtos (Bracelpa, 2023).

Empresas do setor de papel e celulose, desempenham um papel significativo referente a sustentabilidade, por se tratar de um setor que mais geram impactos ao meio ambiente (Serafin & Pimentel, 2021). Com isso, acabam investindo em programas de reflorestamento, como a Suzano que tem programas o qual se compromete com desmatamento zero (Suzano, 2023).

A Suzano (2023) enfatiza que suas matérias-primas utilizadas para a produção são de áreas próprias, buscando sempre fazer o plantio na forma de mosaico florestais, com eucaliptos de idades variadas intercambiado de florestas nativas,



preservando o solo, rios e a biodiversidade. Segundo a Suzano (2023) a empresa possui quatro compromissos de Renovar a Vida que é: Cuidar da água, combater a crise climática, reduzir os resíduos e gerar energia limpa.

Em relação a combater a crise Climática a Suzano juntamente com as empresas, Itaú Unibanco, Marfrig, Rabobank, Santander e Vale fundaram a Biomas, uma empresa com a missão de, ao longo de duas décadas, restaurar e proteger um total de 4 milhões de hectares de matas nativas distribuídas em diversos biomas brasileiros, como Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado. O plano inicial da empresa consiste em recuperar 2 milhões de hectares de áreas degradadas, por meio do plantio de cerca de 2 bilhões de árvores nativas, seguindo um modelo de negócios em grande escala. Além disso, a Biomas se compromete a conservar e preservar mais 2 milhões de hectares, promovendo assim a sustentabilidade ambiental em diferentes ecossistemas (Suzano, 2023).

Em consonância com o compromisso de enfrentar as mudanças climáticas, a Suzano emitiu, em 2020, o pioneiro *Sustainability-linked Bond*, vinculado a um indicador de desempenho relacionado à meta de redução da intensidade de emissões de gases de efeito estufa - GEE pela empresa até 2025 (Suzano, 2023). Dessa forma, a participação da Suzano e sua contribuição para a criação da Biomas ilustram não apenas o compromisso ambiental, mas também a função proativa que as empresas no ramo de papel e celulose podem assumir na edificação de um futuro mais sustentável (Suzano, 2023).

A Irani (2023) possui projetos nas cidades onde possuem operações, os quais são programas de desenvolvimento na comunidade local com o objetivo de desenvolver crianças e jovens a partir de iniciativas com foco em educação, meio ambiente, cidadania e esporte. A empresa também implementa projetos internos, conhecidos como Programa Gera, Motiva, Cresce, Cuida e Supera. Este programa abrange todo o ciclo profissional dos colaboradores, desde os processos de atração até o acompanhamento de suas trajetórias na empresa (Irani, 2023). O objetivo é fortalecer o engajamento dos colaboradores, promovendo um ambiente de trabalho estimulante e motivador. O programa inclui ações voltadas para a capacitação de pessoas, proporcionando oportunidades de aprendizado contemporâneo e dinâmico para o desenvolvimento de equipes de alta performance (Irani, 2023).

Além disso, o programa está integrado ao sistema de saúde e segurança



ocupacional, garantindo condições de trabalho adequadas e seguras para colaboradores e prestadores de serviços. Ele também estimula o desenvolvimento pessoal e profissional por meio de ações estruturadas, que avaliam os colaboradores com base no desenvolvimento de competências e na obtenção de resultados (Irani, 2023).

Klabin (2023) integrou em 2014 ao Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE e, a partir de 2020, conquistaram a posição única de ser a única empresa brasileira no setor de papel e celulose a fazer parte do Índice Dow Jones de Sustentabilidade - DJSI. Essa inclusão abrange tanto a carteira do Índice Mundial quanto a do Índice de Mercados Emergentes, destacando nosso compromisso e liderança em práticas sustentáveis a nível global.

É uma empresa de base florestal que cuida com responsabilidade da sua fonte de matéria- prima. Produzem e fornecem três tipos de celulose: fibra curta (eucalipto), fibra longa (pinus) e celulose fluff, produzidas na Unidade Puma, inteiramente projetada para este fim, gerando múltiplas soluções para o mercado. No âmbito da sustentabilidade social, as comunidades que vivem no entorno das áreas onde atuam crescem junto, pois contem iniciativas sociais ao qual partem de quatro pilares: Cidadania, Desenvolvimento Local, Educação Ambiental e Cultura. Para seus colaboradores, oferece programas que contemplam desenvolvimento pessoal e ações de voluntariado (Klabin, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, se enquadra como descritivo, de abordagem qualitativa, utilizando de pesquisa bibliográfica, cujas análises dos dados serão feitas por intermédio da técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2016). Esta técnica auxilia o pesquisador na descrição do conteúdo coletado, e sua análise será conduzida em três etapas distintas: (1) Pré- análise, que envolve a coleta de dados, (2) exploração minuciosa do material e (3) a apresentação dos resultados (Bardin, 2016).

A primeira etapa incidiu em acessar o site de relação de investidores - RI das três empresas do setor de Papel e Celulose que são Klabin S.A, Suzano S.A e Irani, e baixar os relatórios da administração e os relatórios das DFP dessas empresas dos



anos base de 2020, 2021 e 2022. Nesta coleta de dados, foi feita a separação por empresa e ano de cada relatório em pasta específicas para ajuda na organização deste estudo. E, como forma de *backup* foi utilizada uma planilha de Excel com *links* de todos os relatórios utilizados para essa pesquisa.

Para a segunda etapa, foi utilizada a técnica de leitura flutuante de Bardin (2016), que incide em analisar e conhecer o material, e aos poucos tornar a leitura mais precisa. Com isso, a pesquisadora pôde explorar os relatórios de cada empresa com maior propriedade, podendo então chegar aos dados necessários e então alcançar o objetivo da pesquisa que é em analisar se os relatórios da administração estão em consonância com as DFP.

A exploração do material foi realizada com o apoio de uma planilha eletrônica, que auxiliaram na comparação dos dados coletados dos três anos analisados. Conforme estavam descritos no relatório da administração e em conformidade com a DFP eram assinalados nessa planilha, caso não estivesse em conformidade eram deixados em branco.

Seguindo a linha de pensamento de Bardin (2016) é iniciada a etapa 3 com a análise dos resultados. Nesta fase, constitui em identificar quais informações declaradas nos relatórios da administração não estão em conformidade com as DFP de ambos anos e se tem uma explicação por não estar em conformidade, pois, por se tratar de um relatório de divulgação voluntária, não se passa por uma auditoria. Na seção subsequente, os dados coletados são apresentados e interpretados de forma detalhada, visando destacar padrões identificados, inconsistências observadas e aspectos relevantes relacionados ao escopo do estudo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Essa seção tem o intuito de realizar a apresentação dos dados coletados na pesquisa. Para tanto, serão apresentados os resultados obtidos por meio da técnica de análise do conteúdo de Bardin (2016). No que tange ao setor de Papel e Celulose da B3 que é o objeto de análise, o Quadro 2 demonstra as 3 empresas de papel e celulose, trazendo as informações sobre três anos 2020, 2021 e 2022, sendo



assinado toda vez que seus ativos biológicos e suas obrigações sociais aparece em seu relatório da Administração e estão em consonância com as suas DFP apresentadas em ambos os anos.

Quadro 02: Conteúdo do Relatório da Administração das Empresas do Setor Papel e Celulose listada na B3

Relação dos Conteúdos do Relatório da Administração das Empresas do Setor Papel e Celulose listada na B3									
Empresas:	SUZANO			KLABIN			IRANI		
DFP (Anos):	2020	2021	2022	2020	2021	2022	2020	2021	2022
Conta Analisada:									
Ativos Biológicos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Obrigações Sociais	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ao final da coleta de dados, foi possível identificar se os conteúdos informacionais divulgados em seus relatórios da Administração são compatíveis com suas Demonstrações Financeiras Padronizadas divulgadas. Em 2020, a empresa Suzano registrou ativos biológicos no valor de R\$ 11.161.210, essa informação consta nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, no Balanço Patrimonial Ativo, em conformidade com os dados apresentados no Relatório da Administração, no tocante ao Balanço Patrimonial Consolidado apresentado pela entidade. As obrigações sociais, no montante de R\$ 492.728, foram identificadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas/Balanço Patrimonial Passivo, alinhando-se aos dados do Relatório da Administração.

No ano seguinte, em 2021, a Suzano apresentou ativos biológicos no valor de R\$ 12.248.732. Essa informação consta nas Demonstrações Financeiras, no Balanço Patrimonial, em conformidade com os dados do Relatório da Administração, totalizando R\$ 590.529. Assim, foram encontradas nas Demonstrações Financeiras, no Balanço Patrimonial, evidências consistentes com as informações do Relatório da Administração. Para o ano de 2022, a Suzano declarou ativos biológicos no valor de R\$ 14.632.186, em consonância com os dados do Relatório da Administração. As obrigações sociais, atingindo R\$ 674.525, foram identificadas, alinhando-se com os dados do Relatório da Administração da empresa Suzano S.A.

No caso da empresa Klabin, em 2020, os ativos biológicos totalizaram R\$ 4.657.821, essa informação pode ser conferida nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, no item Balanço Patrimonial Ativo, que está em conformidade com os



dados do Relatório da Administração. As obrigações sociais, no valor de R\$ 377.816, foram identificadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, no Balanço Patrimonial Passivo, em acordo com os dados do Relatório da Administração.

No ano seguinte, em 2021, a Klabin apresentou ativos biológicos no valor de R\$ 5.528.050, essa informação consta nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, no Balanço Patrimonial - Ativo, em conformidade com os dados do Relatório da Administração. As obrigações sociais, totalizando R\$ 431.369, foram encontradas nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, no Balanço Patrimonial Passivo, consistentes com as informações do Relatório da Administração. Para o ano de 2022, a Klabin declarou ativos biológicos no valor de R\$ 8.108.959, em acordo com os dados do Relatório da Administração. As obrigações sociais, atingindo R\$ 485.046, foram identificadas no Balanço Patrimonial Passivo, alinhando-se com os dados do Relatório da Administração.

Em 2020, a empresa Irani registrou ativos biológicos no valor de R\$ 177.684, essa informação consta nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, no Balanço Patrimonial Ativo, em conformidade com os dados apresentados no Relatório da Administração. As obrigações sociais, no montante de R\$ 45.448, foram identificadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, no Balanço Patrimonial Passivo, alinhando-se aos dados do Relatório da Administração da referida empresa.

No ano seguinte, em 2021, a Irani apresentou a aquisição de ativos biológicos no valor de R\$ 20.490, em conformidade com os dados do Relatório da Administração. No tocante as obrigações sociais, totalizando R\$ 48.898, foram encontradas informações na Demonstração de Fluxo de Caixa, em conformidade com os dados do Relatório da Administração.

Para o ano de 2022, a Irani declarou ativos biológicos no valor R\$ 343.727, em conformidade com os dados do Relatório da Administração. As obrigações sociais, totalizando R\$ 56.385, foram encontradas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, no Balanço Patrimonial Passivo, consistentes com as informações do Relatório da Administração da empresa Irani S.A.

Observando o Quadro 2 e fazendo uma análise do conteúdo da informação encontrada, foi observado que as contas analisadas de ativos biológicos e obrigações sociais divulgadas em suas DFP são compatíveis com os conteúdos informacionais divulgados em seus relatórios da administração e ambos os anos



analisados.

4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

Nesta segunda seção, serão discutidas, de forma individual, sobre a Empresa Irani S.A, Suzano S.A e Klabin, quanto aos conteúdos informacionais que estão reportados em seus relatórios da administração nos respectivos anos 2020, 2021 e 2022, se os mesmos estão compatíveis com a evidenciação das Demonstrações Financeiras Padronizadas.

A empresa Irani S.A, tem projetos de investimentos como a plataforma Gaia, o qual simboliza a Terra e a natureza. Trata-se de um plano de plano de expansão, com projetos desenvolvidos entre 2020 e 2025, pautado pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável em suas três esferas: econômica, social e ambiental (Irani, 2023).

Em 2020 a empresa traz em seu relatório da administração que seus investimentos nesse projeto - Gaia somaram R\$ 72.731 mil e foram basicamente direcionados para reflorestamento, manutenção e melhorias das estruturas físicas, *software*, máquinas e equipamentos da Companhia, e que também iniciaram os desembolsos dos investimentos da Plataforma Gaia. Essa evidência condiz com o conteúdo informacional da DFC/Fluxo de caixa livre com a nomenclatura Capex.

Em 2021, a Companhia mantém sua estratégia de investir na modernização e na automação dos seus processos produtivos e traz em seu relatório da administração, os investimentos deste trimestre que somaram R\$ 148.928 mil e foram direcionados para reflorestamento, manutenção e melhorias das estruturas físicas, *software*, máquinas e equipamentos da Companhia. Deste montante, R\$ 118.257 mil foram destinados à execução dos investimentos dos Projetos Gaia I, II e III, além de R\$ 2.943 mil nos Projetos Gaia VII e VIII, o qual está em conformidade com a Fluxo de Caixa Livre com a Nomenclatura Plataforma Gaia.

Em 2022, a Companhia mantém sua estratégia de investir na modernização e na automação dos seus processos produtivos e traz em seu relatório da administração os investimentos deste trimestre que somaram R\$ 106.745 mil e foram basicamente direcionados para reflorestamento, manutenção e melhorias das



estruturas físicas, *software*, máquinas e equipamentos da Companhia. Deste montante, R\$ 81.962 mil foram destinados à execução dos investimentos dos Projetos Gaia I, II e III, além de R\$ 16.426 mil nos Projetos Gaia VI, VII, VIII e IX, e R\$ 10.120 mil de juros e finanças imobilizados, referentes ao financiamento dos investimentos da Plataforma Gaia. O qual está em conformidade com a Fluxo de Caixa Livre com a Nomenclatura Plataforma Gaia.

Dado o contexto, depreende-se que nos anos investigados (2020, 2021 e 2022) o conteúdo informacional dos relatórios da Administração da empresa Irani S.A, estão alinhados com os relatórios de sustentabilidade e indicadores socioambientais divulgados nas Demonstrações Financeiras e Padronizadas - DFPs pela empresa em questão. Essa evidência aponta que mesmo não tendo a obrigatoriedade de uma auditoria, a empresa está comprometida com seus stakeholders evidenciando as melhores práticas da empresa de maneira fidedigna. A seguir, será realizado a discussão dos resultados obtidos junto a empresa Suzano S.A.

De maneira isolada, a Empresa Suzano S.A que no ano de 2020 adotou uma série de medidas de proteção à sociedade devido à pandemia COVID-19, dentre as quais se incluem doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Companhia para regiões necessitadas, a empresa trouxe em seu relatório da administração que os desembolsos efetuados para realização das ações sociais implementadas pela empresa somaram (até 31 de dezembro de 2020), o valor total de R\$ 49 milhões, o qual está em conformidade com sua nota explicativa número 30 - (Resultado por Natureza das Demonstrações Financeiras) com a conta de nomenclatura Ações sociais COVID-19.

No ano de 2021, a companhia traz em seu relatório da administração que continuou com as medidas de proteção à sociedade em prática a COVID-19. Dentre as quais se destacam a doação de papel higiênico, guardanapos e fraldas descartáveis produzidos pela Companhia para regiões necessitadas, compra de 159 respiradores mecânicos e 1 milhão de máscaras hospitalares para doação aos Governos Federal e Estaduais. Esses desembolsos efetuados para realização das ações sociais implementadas pela Suzano, somaram, em 2021, o valor total de R\$ 25 milhões, o qual está em conformidade com a nota explicativa número 30 - (Resultado por Natureza das Demonstrações Financeiras) com a rubrica contábil:



Ações sociais COVID-19. No ano de 2022 a companhia não realizou ações sociais contra COVID-19, por conta dos avanços da vacinação e diminuição dos casos da doença. A seguir, será realizado a discussão dos resultados obtidos junto a empresa Klabin.

Seguido o contexto, a Empresa Klabin possui um projeto chamado PUMA II, esse projeto é conhecido como o maior investimento da entidade, o complexo industrial está situado em Ortigueira, no estado do Paraná, e está programado para passar por duas fases de expansão até o ano de 2024. Durante esse processo, serão construídas duas máquinas de papel inovadoras. Esse empreendimento coloca a Klabin como a primeira empresa global a fabricar o papel Eukaliner, tanto o Eukaliner White quanto os demais tipos de papel resultarão em uma produção mais eficiente, requerendo menor consumo de energia em comparação aos produtos atualmente disponíveis no mercado, e apresentarão desempenho até 20% superior (Klabin, 2023).

No ano de 2020, a empresa trouxe em seu relatório da administração, que o valor com o investimento com o projeto Puma II foi de R\$ 4,045 bilhões, o mesmo estava em conformidade com a nota explicativa a mesma traz o valor somando o desembolso de 2019 de R\$ 1,271 bilhões. No ano de 2021, a empresa traz em seu relatório da administração o valor de R\$ 2,579 bilhões, o que condiz com sua nota explicativa quando o montante declarado é a soma dos anos de 2019, 2020 e 2021. No ano de 2022, a empresa traz o desembolso gasto no valor de R\$ 3.204 milhões de seu relatório da administração, o qual está em conformidade com sua nota explicativa, quando o montante declarado é a soma dos quatro anos de projeto.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Dentre as contas analisadas de ambos os anos das três empresas do setor de papel e celulose, temos o achado de pesquisa que refuta com um dos achados da pesquisa de Raifur (2014). Isso por que, Raifur (2014) chegou a uma conclusão que os relatórios da administração podem ser elaborados de acordo com o parecer dos gestores, informando aquilo que acham importante ou necessário, por ser um relatório não auditado. Já nesta pesquisa, os conteúdos informacionais dos relatórios da administração são compatíveis com as DFPs. Essa evidência de pesquisa mostra



que mesmo o Relatório da Administração ser elaborado de acordo com a análise dos gestores, colocando as informações que eles avaliam importante ou necessário e de um relatório que não é auditado, a empresa evidencia práticas compatíveis com suas informações econômicas, patrimoniais e financeiras que pode ser comprovada em demonstrativos contábeis que são auditados.

Vale destacar que esse estudo, também se contrapõe com parte da pesquisa de Kronbauer e Silva (2012). Os referidos autores destacam que os resultados de pesquisa demonstraram que 81% das informações contidas no relatório da administração destacam fatos favoráveis da empresa, o que levanta questões que aborda da confiabilidade, e que 95% das informações divulgadas não podem ser comprovadas, evidenciando uma possível omissão de informações que podem denegrir os fatores negativos da empresa no que tange a sua performance e reputação organizacional.

No entanto, vale frisar que o achado desta pesquisa corrobora com a pesquisa de Lima (2016). O referido autor destaca que a evidenciação ambiental predomina nos relatórios ambientais voluntários, seguidos das notas explicativas e, por fim, dos relatórios da administração, e que a maioria dos itens ambientais são evidenciados de forma descritiva. Apesar do relatório da administração não ser um relatório auditado, as empresas analisadas possuem um certo respaldo em trazer informações com dados concretos em seus relatórios apresentados e em deixar caminho a ser seguidos pelos interessados para comprovação do conteúdo informacional que estão reportando ao mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar se o conteúdo dos relatórios da Administração das empresas do setor de Papel e Celulose listadas na B3 está alinhado com os reportes das Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFPs com ênfase nos assuntos socioambientais. Os resultados revelam que as contas de ativos biológicos e obrigações sociais analisadas nos anos de 2020, 2021 e 2022 das Empresas Klabin, Irani e Suzano divulgadas em seus relatórios da administração são compatíveis com suas DFP divulgadas em ambos os anos.



Nos anos analisados, foi possível verificar que 100% dos dados declarados nos relatórios da administração estão em conformidade com as DFPs apresentadas. E, com isso, depreende-se que as empresas analisadas possuem em certo respaldo com as informações apresentadas pelos administradores em seus relatórios da administração. Apesar de ser um relatório que não passa por uma auditoria ou asseguração informacional, conclui-se que das empresas que foram objeto de análise, nos anos investigados, o conteúdo informacional foi compatível, por trazer dados fidedignos em seus relatórios.

Os resultados obtidos neste estudo não apenas indicam uma concordância notável entre os relatórios da administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP das empresas investigadas, mas também ressaltam a importância da transparência e responsabilidade na divulgação de informações. A consistência identificada sugere que as empresas Klabin, Irani e Suzano adotam práticas sólidas de comunicação financeira, o que não apenas promove a confiança dos *stakeholders*, mas também contribui para a eficácia do mercado financeiro ao fornecer dados precisos e transparentes.

Entende-se esse achado de pesquisa como um ponto positivo. Isso porque os relatórios podem gerar maior confiabilidade nas informações, trazendo então um aumento no grau de confiança dos interessados sobre as informações trazidas nos reportes das empresas investigadas, o qual eleva o nível de confiança das organizações analisadas. Contudo, pela natureza desta pesquisa, seus resultados não podem ser generalizados. Além disso, destaca-se como limitação da pesquisa, o rigor metodológico empregado no estudo, dado que a apresentação das evidências ficou a cargo do entendimento da pesquisadora, sobre o conteúdo dos relatórios/DFPs investigadas.

E como sugestão de futuras investigações, sugere-se incluir na análise da divulgação de empresas de outros setores diversos e aumentar o recorte temporal. Sim, pode-se verificar se também geram conformidade com seus conteúdos informacionais do Relatório da Administração com as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP publicadas. Dessa forma, aumentaria o escopo do entendimento sobre a conformidade das informações ambientais nas DFP em diferentes setores da economia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Ed. 70.

Brandão, A. S., Oliveira, R. R., Almeida, V. F., & Guidi, A. C. (2020). *Importância da contabilidade ambiental nas organizações*. *Revista Raunp*, 12(1), 47-60.

BRASIL. *Lei das Sociedades por Ações. Lei 6.404, de 15.12.1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Publicada no Diário Oficial da União em 17.12.77.*

B3.(2023). *Empresas listadas. B3 - Brasil, Bolsa, Balcão*. https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm.

Corrêa, C. E. G., Vargas, D. B. & Leite, M. (2018). Contabilidade social. *UNIASSELVI*, 297c, 187.

Correa, J. C. (2016). *Incorporação do pensamento integrado aos mecanismos internos como pré-requisito para a viabilização do processo de asseguarção independente para Relato*

Integrado. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Cosenza, J. P. (2012). Breve Panorama Da Contabilidade Socioambiental. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, 17(Ed. Especial), 101-104.

Consoni, S., & Colauto, R. D. (2016). *Divulgação Voluntária no Contexto da Convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil*. *Revista de Gestão Empresarial*, v. 18, n. 62, p. 658-677.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – *Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*.

CPC – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

CPC–Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 26 – *Apresentação das Demonstrações Contábeis*.

CVM. *Consulta ao Parecer de Orientação CVM nº 15/1987*.

CVM. *Consulta ao Parecer de Orientação CVM nº 80/2022*.

Elkington, J. *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. Edição histórica de 12 anos. São Paulo: M. Books, 2012.

GRI - Global Reporting Initiative. *Diretrizes para relatório de sustentabilidade*. 2006.



Gonçalves, S. S., & Heliodoro, P. A. (2005). *A Contabilidade Ambiental como um Novo Paradigma*. *Revista Universo Contábil*, 1(3), 81-93

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade* (1ª ed.). São Paulo: Atlas. IIRC. (2014). *A Estrutura Internacional Para Relato Integrado*.

Irani. (2023). *Gestão de pessoas*. Irani.

Iudícibus, S. (2021). *Teoria da Contabilidade* (12ª ed.). São Paulo: Ed. Atlas.

Klabin. (2023). *A Klabin*. Klabin.

Kroetz, Cesar Eduardo S. Contabilidade Social. *Revista Contabilidade e Informação*. Ijuí
- RS: Editora/UNIJUÍ, n. 01, abr/1998. pp. 05-12.

Kronbauer, C. A., & Silva, M. M. *Disclosure Ambiental: Análise do Grau de Evidenciação nas Demonstrações Contábeis das Empresas de Transporte*. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, Rio de Janeiro, v. 17, Ed. Especial, p. 32 - p.46, out, 2012. ISSN 1984-329.

Lima, M. S. (2016) *Análise do Conteúdo das Práticas Ambientais Evidenciadas nas Demonstrações Financeiras e Não Financeiras Publicadas pelas Empresas de Siderurgia Listadas na BM&FBOVESPA*.

Lins, L. S. (2015). *Introdução à Gestão Ambiental Empresarial: Abordando Economia, Direito, Contabilidade e Auditoria*. São Paulo: Ed. Atlas.

Miranda, R. de S. (2008). *Impactos ambientais decorrentes dos resíduos gerados na produção de papel e celulose*.

Naujack, J., Ferreira, J. L. & Stela, E. R. (2011). *CONTABILIDADE AMBIENTAL: uma revisão de conceitos*.

Neto, A. A. (2023). *Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-financeiro* (13th ed.). Grupo GEN.

Oyadomari, J. C. T., Mendonça Neto, O. R., Dultra-De-Lima, R. G., Nisiyama, E. K., & Braga de Aguiar, A. (2018). *Contabilidade Gerencial: Ferramentas para Melhoria de Desempenho Empresarial*. São Paulo, SP: Atlas.

Petrescu, A. G., Bilcan, F. R., Petrescu, M., Oncioiu, I. H., Turkes, M. C., & Capusneanu, S. (2020). *Assessing the Benefits of the Sustainability Reporting Practices in the Top Romanian Companies*. *SUSTAINABILITY*, 12(8), 1–31.

Raifur Kos, S., dos Santos Bortolucci Espejo, M.M., & Raifur, L. (2014). O conteúdo informacional do relatório da administração e o desempenho das empresas brasileiras do IBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 10(2), 43-62.



Ribeiro, A. de C., Ribeiro, M. de S., & Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, Contingências E O Pronunciamento CPC 25: As Percepções Dos Protagonistas Envolvidos. *Revista Universo Contábil*,9(1),38–54.

Ribeiro, M. S. (2010). *Contabilidade Ambiental* (2ª ed.). Saraiva.

Ribeiro, O. M. (2015). *Estrutura e análise de balanços: fácil*. (11ª ed.). São Paulo: Saraiva.

Ribeiro, O. M. (2017). *Contabilidade Geral* (10ª ed.). São Paulo: Saraiva.

Rodrigues, F. F. *Análise das variáveis que influenciam as informações divulgadas nos relatórios da administração das companhias abertas brasileiras: um estudo empírico dos anos de 2001 a 2003*. 2005. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília.

Santos, A. dos. *Demonstração do Valor Adicionado: Como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

Santos, AD, Iudícibus, SD, & Eliseu Matins et al. (2022). Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (4ª ed.). Grupo GE.

Serafim, A. de O., & Pimentel, M. S (2021). *Indicadores Ambientais de Avaliação de Desempenho: Análise de Conteúdo em Relatórios de Administração de Empresas do Segmento de Papel e Celulose Listadas na B3, 17*, (Ed. Especial).

Silva, J. M. (2023) .*Provisões e Passivos Contingentes no Setor de Tecnologia: Um Estudo em Empresas Brasileiras Abertas*.

Silva, C. A. T., Rodrigues, F. F., & Abreu, R. L.. (2007). Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. *Revista De Administração Contemporânea*,11(2),71–92.

Suzano S.A. (2023). *Relações com investidores: Ambiental*.

Suzano. (2022). *Informações complementares - Relatório Anual Suzano 2022*.